

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. *

O Ministério da Fazenda pretende divulgar nesta semana mais um indexador diário, anunciado como de uso voluntário. A finalidade ostensiva deste novo indexador oficial seria reduzir o grau de retroatividade do sistema de indexação, ou seja, permitir a realização de contratos “descontaminados” da inflação passada. Dessa forma, o governo pretenderia diminuir o “componente inercial” da inflação.

Se é realmente isto o que pretende o ministro da Fazenda, não parece necessário, nem recomendável, vincular o novo indexador ao dólar ou a uma “cesta” de moedas estrangeiras. Primeiro, porque isto poderia prejudicar a sua utilização voluntária pelo setor privado. Mesmo que o Banco Central não alterasse de imediato a política cambial e mantivesse o dólar mais ou menos atrelado à inflação, ficaria a suspeita de que o desdobramento do plano pudesse trazer algum tipo de âncora cambial e a valorização real do cruzeiro em relação à moeda estrangeira, penalizando aqueles que tivessem os seus rendimentos ou ativos atrelados ao novo indexador.

Além disso, a vinculação do indexador ao dólar ou a uma “cesta” significaria a decisão formal do governo de sacramentar a transferência para uma ou mais moedas estrangeiras de uma das funções básicas da moeda, qual seja, a de unidade de conta e padrão para pagamentos diferidos. Ao permitir a realização de contratos referenciados à moeda estrangeira, o governo estaria removendo um dos dispositivos institucionais que protegem a moeda de curso legal e acelerando o processo de erosão da soberania monetária que a própria inflação continuada tende a produzir.

A redução da “memória” do sistema de indexação

pode ser alcançada de outras formas. A inflação elevada e a nossa longa experiência de indexação levaram a uma substancial diminuição dos prazos de coleta e apuração dos diferentes índices de preços. Diversos institutos já produzem índices domésticos de preços em bases semanais ou quadrissemanais; a Fipe da USP produz e divulga um índice diário.

Nada impede que se diminua a defasagem entre a inflação medida nos índices e a sua incorporação a indexadores já existentes. A Ufir, por exemplo, está atrelada ao IPCA especial do IBGE, coletado entre os dias 15 do mês anterior e 15 do mês corrente. Seria perfeitamente possível referenciá-la a um índice interno de preços menos defasado. Um indexador deste tipo poderia comandar mais credibilidade do que um indexador amarrado à taxa de câmbio, passível de manipulação por parte do Banco Central.

A insistência em usar a taxa de câmbio como referência pode dar margem à interpretação de que o propósito real do novo indexador seria preparar o terreno para outras medidas de sentido dolarizante. Estaríamos diante de uma espécie de “dolarização pela porta dos fundos”, como declarou Ibrahim Eris.

Só nos resta esperar que esta última interpretação seja equivocada. A chamada dolarização constitui uma confissão de fracasso e de incapacidade de restabelecer a ordem monetária por meios próprios. Significa abdicar da possibilidade de desenvolver políticas independentes nas áreas monetária e cambial. Provoca, além disso, perda de competitividade internacional e dependência de financiamentos externos obtidos muitas vezes em condições adversas de prazo e custo. Aumenta, por isso, o

risco de crises de balanço de pagamentos que colocam o país à mercê de interesses e pressões estrangeiras. Aumenta, também, a vulnerabilidade das instituições financeiras domésticas, que passam a operar sem prestador de última instância.

O pior é que as medidas de dolarização constituem um caminho sem volta, posto que resultam na cristalização de hábitos e práticas financeiras de muito difícil reversão, como revela a experiência de várias economias latino-americanas que tomaram esse rumo no passado recente.

Faço minhas as palavras de Celso Martone, publicadas recentemente em boletim da USP: “Do ponto de vista político mais amplo, a dolarização da economia é um atestado formal de incompetência do governo (e da sociedade) em administrar sua própria moeda, delegando essa responsabilidade a uma nação estrangeira. (...) A dolarização é um neocolonialismo monetário que algumas nações voluntariamente adotaram após mais de um século de independência política. Esse atestado de incompetência revela algo mais profundo: o fracasso dessas nações como sociedades culturais, econômica e politicamente organizadas.”

Por maiores que sejam as nossas dificuldades políticas e econômicas, não há por que aceitar a tese derrotista de que a economia brasileira também já estaria condenada a passar por um processo de recolonização na área monetária. As possibilidades de solução interna para nossos problemas estão longe, muito longe de esgotadas.